



---

**Meninas, senhoras e galdérias: representações das mulheres em língua portuguesa**

**Autor(es):** Bebiano, Adriana

**Publicado por:** Imprensa da Universidade de Coimbra

**URL persistente:** <http://hdl.handle.net/10316.2/42346>

**DOI:** [https://doi.org/10.14195/978-989-26-1308-6\\_34](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1308-6_34)

**Accessed :** 11-Sep-2017 16:55:36

---

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HOMENAGEM A  
IRENE RAMALHO SANTOS

# THE EDGE OF ONE OF MANY CIRCLES

ISABEL CALDEIRA  
GRAÇA CAPINHA  
JACINTA MATOS  
ORGANIZAÇÃO

**MENINAS, SENHORAS E GALDÉRIAS:  
REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES  
EM LÍNGUA PORTUGUESA**

*Adriana Bebiano*

**Resumo:** Durante o Estado Novo, e até à Revolução de Abril de 1974, às mulheres portuguesas era exigido o recato no comportamento, exigência essa que abrangia a escrita literária. Ancorando-se na poesia “escandalosa” de Maria Teresa Horta, Natália Correia e Adília Lopes, este ensaio aborda o percurso de transgressão do recato na literatura portuguesa de autoria feminina, articulando-o com as transformações ocorridas nas práticas sociais e na moral sexual em Portugal nas últimas décadas. Interrogando a dimensão sexuada do cânone, refletiu-se ainda sobre o lugar social da escrita, lembrando que as representações (das mulheres) na literatura contribuem tanto para a regulação dos corpos (femininos) como para práticas emancipatórias.

**Palavras-chave:** mulheres; recato; escândalo; poesia portuguesa contemporânea.

**Abstract:** “Girls, Ladies and Sluts: Representations of Women in Portuguese Literature”: During the Salazar Regime and up to

the 1974 Revolution, strict modesty was required of Portuguese women, both in their behavior and in the writing of literature. This essay takes the “scandalous” poetry of Maria Teresa Horta, Natália Correia and Adília Lopes as examples of the changes in the concepts of “modesty” and “scandal” in the writing by Portuguese women of the last few decades. The poems are read in terms of how they reflect their political and social contexts, but also as agents of transformation, particularly in sexual mores. While the gendered character of the literary canon is addressed, the article also argues for the impact of literary representations in the regulation and emancipation of (female) bodies.

**Keywords:** women; modesty; scandal; Portuguese contemporary poetry.

Gosto de fingir / que sou galdéria.

Adília Lopes, *Um jogo muito perigoso*  
([1985] 2009)

. . . mulheres poetas que se debruçam satiricamente sobre papéis e temas alegadamente “masculinos” a partir do ponto de vista demolidor de uma localização “feminina” insolente. . .

Maria Irene Ramalho, “Orfeu re-inventado: ou as mulheres e a poesia hoje” (2001)

Quando Adília Lopes escreve “gosto de fingir / que sou galdéria”, a primeira reação é a surpresa. Em 1985, data da publicação

de *Um jogo muito perigoso*, ainda estava muito presente a memória do “recato” como qualidade exigida às mulheres portuguesas. Digo “exigida”, e não apenas “valorizada” – creio que ainda hoje o é, apesar das grandes mudanças históricas enormes das últimas décadas – porque a regulação do corpo das mulheres durante o Estado Novo era rigorosa. Ora, estes dois versos de Adília Lopes são uma declaração que questiona de forma irónica e radical essa regulação ainda muito presente, e que postula a bondade da atitude oposta do recato no feminino: o escândalo. Neste ensaio, usando como material alguns poemas de autoria feminina das últimas décadas, procuro fazer um esboço da evolução dos conceitos de “recato” e de “escândalo” enquanto categorias usadas como bitola para classificar as mulheres portuguesas e as situar dentro – ou para lá – da fronteira do moralmente aceitável.

O Estado Novo regulou o corpo das mulheres pela lei, centrando essa regulação no controlo da sexualidade e da reprodução, nomeadamente no acesso a contraceptivos, na legislação antiaborto e nas leis relativas ao casamento e ao divórcio. No entanto, então como agora, são as representações e os discursos que se produzem sobre as mulheres que funcionam como o mais poderoso instrumento de regulação. Esses discursos, presentes já na lei, mas omnipresentes na imprensa e, particularmente, nas chamadas “revistas femininas”, serviam de guia para os comportamentos, vigiados pela igreja e, principalmente, pela família (Vicente 2009). Para além das lutas ocorridas nas ruas e protagonizadas pelos movimentos de mulheres – aceitando a debilidade de movimentos feministas significativos tanto no Estado Novo como no pós-revolução (Tavares 2011) –, que protagonizam atitudes emancipatórias transgressoras desse discurso opressor, a minha hipótese é situar na poesia e na voz de mulheres poetas os momentos mais marcantes de uma transgressão do recato e da adoção do escândalo enquanto instrumento emancipatório do corpo e, simultaneamente, da cidadania

das mulheres. Procuo situar os momentos de rutura, mas também as continuidades nos discursos, tendo como balizas temporais as décadas de 1960 e 2010.

É convencional situar na Revolução de Abril de 1974 o momento de rutura radical entre dois regimes políticos e dois regimes de moral e costumes. Se esta convenção é, em vários domínios – nos regimes de trabalho, na liberdade de expressão e outras áreas da cidadania passíveis de mudança por um ato legislativo – historicamente indesmentível, a transformação radical não acontece ao nível dos discursos, nomeadamente naqueles que dizem respeito à nomeação – e, logo, ao controlo – das mulheres e dos seus corpos (Tavares 2011; Vicente, 2009). Por outro lado, enquanto, nas questões relativas à cidadania jurídica, por exemplo, se podem estabelecer linhas demarcatórias claras entre “esquerda” e “direita”, no que diz respeito à moral sexual das mulheres essa diferença não se faz sentir. As representações, ou, mais exatamente, a nomeação – os nomes que nos dão e os nomes que nos damos – influenciam a construção das subjetividades e condicionam os comportamentos, que são transversais às famílias políticas tradicionais.

As universidades são um bom campo para análise das mudanças nas práticas culturais, a ocorrer já, ainda que de forma subterrânea, nos anos finais do Estado Novo, uma vez que os jovens de classe média, que constituíam o universo universitário, não viviam no país rural e fechado sobre si do ideal salazarista, mas tinham acesso aos movimentos estudantis em curso noutros países (Bebiano 2010). No ano letivo 1960/61 estavam matriculados no Ensino Superior 23.877 jovens, dos quais apenas 7.038 eram mulheres<sup>1</sup>. Estas jovens, muitas vezes a viver nas cidades universitárias, longe da vigilância da família, tinham possibilidades de transgressão dos limites do com-

---

<sup>1</sup> Veja-se Morais e Carvalho, 1993, 17-18. Na década de 1990 a maioria da população universitária portuguesa é já constituída por mulheres.

portamento do recato, muito embora houvesse ainda mecanismos de controlo, fosse porque viviam em “lares de freiras”, fosse porque estavam condicionadas pelos discursos que distinguiam as “boas meninas” das “outras”, para as quais havia outros nomes. É neste contexto que em Coimbra, em 1961, acontece o que foi, ao tempo, um escândalo de dimensão nacional.

No dia 19 de abril, a *Via Latina*, revista da Associação Académica de Coimbra, publicou uma “Carta Aberta”, não assinada, mas explicitamente numa voz masculina, que tinha por (imaginada) destinatária “uma jovem portuguesa”. A revista foi logo alvo de um ataque feroz por parte dos setores conservadores da sociedade portuguesa, liderado pelos jornais ultra-católicos *Voz* e *Novidades*. Mas o que dizia esta “carta” de tão escandaloso?

Vou escrever para ti jovem portuguesa e particularmente para ti, jovem estudante da nossa cidade. Não tenho a fazer a apologia de qualquer tipo de ideal; ensinar-te qualquer doutrina, defender fanaticamente uma moral. . .

A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós, rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece.

Viver dentro da juventude não se ensina, aprende-se vivendo. E a jovem e o jovem português não vivem dentro dela. . .

Jovem Portuguesa! Dou-te a minha mão e o meu corpo. Sinto os teus dedos, o teu braço. Sinto um corpo jovem junto do meu. Mas não sou um molde; sou um jovem diferente de ti. Um rapaz para quem o amor por ti é a concretização sexual, única diferença nas relações entre o homem e a mulher que devem decorrer no mesmo plano de homem para homem.

Beijas-me e sofres. Dizes, não o devia ter feito, porque julgas que o deverias ter pensado. (Campos 1961)

Cinco décadas passadas, ler a “Carta a uma jovem portuguesa” e a polémica que gerou é um exercício útil de aferição da bitola da moral sexual da classe média da época. Lido em 2016, a ingenuidade e o pudor – particularmente evidentes nos eufemismos – usados nas referências à sexualidade não produzem mais do que um sorriso embaraçado. No entanto, em 1961 provocou grande perturbação; teve repercussão nacional, tendo sido lida, e não apenas pelos setores mais conservadores, como um ataque à instituição da família e à moral social. No jornal *Encontro*, publicação da Juventude Universitária Católica, é denunciada a “apologia descarada do amor livre e a negação de toda a espiritualidade do matrimónio” (Bebiano e Silva 2004), leitura esta que traduz muito mais os medos coletivos do que aquilo que é textualmente dito na carta.

A 8 de maio, a *Via Latina* publica uma edição aberta às críticas à Carta. É notável que mesmo as estudantes mais emancipadas, como as do Conselho Feminino da AAC, se demarquem das posições ali expressas. Saliento o ponto III da sua resposta: “Dada a individualidade própria da mulher – que lhe permite assumir papel específico que perante a sociedade lhe compete – exige-se que não seja erigida como válida qualquer escala de valores que negue essa realidade”.

A retórica das jovens do Conselho Feminino da AAC pretende deixar clara a sua distância entre o comportamento de “meninas sérias” – estudantes universitárias, mas também eventuais “esposas e mães” – e a suposta moral dissoluta proposta pela Carta<sup>2</sup>. O receio do encerramento da Associação leva a que Artur Marinha de Campos, o jovem autor da carta, vá à Assembleia Magna dar expli-

---

<sup>2</sup> Para uma visão sobre o papel do Conselho Feminino da AAC e comentário ao caso da Carta, veja-se entrevista a Eliana Gersão, do CF da AAC, em Cruzeiro e Bebiano, 2006, particularmente páginas 39-41.



cações. A AAC “foi obrigada a afastar o autor da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, Marinha de Campos, para evitar o seu encerramento compulsivo pelas autoridades administrativas, por ultraje à moral pública.” De salientar que não houve qualquer movimento de apoio à Carta, o que indicia a docilidade da elite universitária de então<sup>3</sup>. Em 1961, a “Carta a uma Jovem Portuguesa” cria um escândalo que resulta no fortalecimento da moral católica hegemónica.

É ainda na palavra escrita, agora no círculo mais restrito da literatura, que podemos identificar os casos de “escândalo” que nos permitem aferir a evolução na representação das mulheres na fase final do Estado Novo.<sup>4</sup> Em 1966, Natália Correia organiza e publica, na Editora Afrodite, a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*. A edição foi apreendida e julgada em Tribunal Plenário como “ofensiva do pudor geral, da decência e da moralidade pública e dos bons costumes”. Natália Correia, Fernando Ribeiro de Mello – o editor da Afrodite –, e alguns dos colaboradores, foram julgados por “abuso de liberdade de imprensa”, num processo que apenas terminou a 21 de março de 1970.

A antologia reúne poemas desde o século XIII até a época da publicação, com graus muito diversos de despudor. De notar que, entre os noventa e cinco autores coligidos, apenas quatro são mulheres: Leonor de Almeida, Ana Hatherly, Maria Teresa Horta e a própria Natália Correia. Saliente-se ainda que tanto o poema de Natália Correia como o de Ana Hatherly, que são sexualmente explícitos, são publicados aqui pela primeira vez, no que é uma novidade transgressora na lírica portuguesa. O poema de Natália é escandaloso logo no título, “Cosmocópula”:

---

<sup>3</sup> Docilidade que vai explodir nas crises académicas de 1962 e de 1969, esta última já com uma significativa participação das mulheres.

<sup>4</sup> Para relato e discussão deste caso, veja-se Bebiano e Silva, 2006, *passim*, e Tavares, 2011, 129-132.

## I

Membro a pino  
dia é macho  
submarino  
é entre coxas  
teu mergulho  
vício de ostras.

## II

O corpo é praia a boca é a nascente  
e é na vulva que a areia é mais sedenta  
poro a poro vou sendo o curso de água  
da tua língua demasiada e lenta  
dentes e unhas rebentam como pinhas  
de carnívoras plantas te é meu ventre  
abro-te as coxas e deixo-te crescer  
Duro e cheiroso como o aloendro. (422)

Não cabe aqui uma análise literária do poema: interessa-me apenas o seu impacto social. Em plena “Primavera Marcelista”, os arguidos foram condenados a multas várias e a três anos de pena suspensa. Natália, “nossa senhora lenta mãe do escândalo”<sup>5</sup>, segundo um verso de José Carlos Ary dos Santos que a define exatamente – ou melhor, que define o seu impacto na sociedade portuguesa – vai voltar a esta minha história.

O escândalo seguinte acontece em 1971, quando Maria Teresa Horta publica *Minha Senhora de Mim*, uma reescrita da poesia trovadoresca galaico-portuguesa, livro do qual seleciono o poema que me parece mais explícito:

---

<sup>5</sup> Ary dos Santos, “Retrato de Natália” (Pascoal 75).

É corpo para  
ofertar  
no lençol sem abrigo  
a seu amigo  
É corpo-alva  
de amar  
no lençol sem abrigo  
a seu amigo  
é corpo justo  
ao desejo  
  
no lençol sem abrigo  
a seu amigo (41)

Lido em 2016, o poema é inócuo, do ponto de vista da moral sexual; em 1971 o livro foi apreendido pela Polícia de Informação e Defesa do Estado, por ser “indecente”. A transgressão estava, naturalmente, na autoria feminina, como afirma Anna Klobucka, para quem o “erotismo desinibido” e a “franqueza vocabular”, “vindo[s] como estavam de uma mulher poeta, [talvez constituíssem] uma transgressão suficiente para explicar as reações negativas”. Klobucka argumenta, no entanto, que “o efeito literária e ideologicamente mais radical do volume consistia. . . no uso que se fazia nele de formas e motivos próprios de uma tradição lírica consagrada como nacional.” (233). No campo da investigação acadêmica esta tese é sustentável<sup>6</sup>; no entanto, a perturbação que se fez sentir ultrapassa em muito a

---

<sup>6</sup> A intertextualidade e a reapropriação do cânone masculino pelas poetisas aqui referidas é, com certeza, a transgressão de maior magnitude – que Klobucka e outras pessoas têm estudado. Essa discussão ultrapassa o âmbito do argumento deste texto.

academia e mesmo o público escasso da poesia e não era com certeza isso que incomodava a PIDE: a simples vocalização do desejo sexual por uma mulher – escrita, publicada, difundida – era uma transgressão inaceitável para o regime.

Do ponto de vista de uma história social e da cultura sexuada, o impacto social da obra é o fenómeno mais interessante. A poeta tornou-se “figura pública” e foi vítima de perseguição e violência, como conta em várias entrevistas: recebia cartas e telefonemas obscenos, era objeto de abordagens obscenas em espaços públicos; se escrevia aquelas coisas, era “puta”, logo, disponível. Chegou mesmo a ser agredida à porta de casa por três homens desconhecidos, que enquanto lhe batiam a pontapeavam gritavam: “Isto é para aprenderes a não escreveres dessa maneira” e “Uma mulher de respeito não escrevia aquelas coisas.” (Horta 2012). Esta reação de homens anónimos – e não apenas os do aparelho de estado – resulta do carácter do livro como “o epítome da contestação radical da passividade e modéstia femininas enquanto alicerces da ideologia estado-novista” (Klobucka 330). O caso é exemplar do poder dos discursos, tanto enquanto instrumentos de regulação como de resistência e combate.

Não deve surpreender, portanto, que o acontecimento feminista de maior impacto nacional e internacional do século XX português tenha sido justamente a publicação de um livro: *Novas Cartas Portuguesas* (NCP, 1972), da autoria de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, que ficaram conhecidas como “as três Marias”. A história é sobejamente conhecida: o livro foi apreendido e as suas autoras interrogadas pela PIDE e levadas a tribunal por “abuso da liberdade de imprensa e conteúdo insuportavelmente pornográfico e atentatório da moral pública” (Amaral xviii). O julgamento só não teve lugar porque, entretanto, aconteceu a Revolução de Abril de 1974. A perseguição às “três Marias” originou, entre 1973 e 1974, muitas manifestações públicas de protesto

junto de embaixadas e consulados de Portugal um pouco por todo o mundo<sup>7</sup>.

Um dos fatores que terá conduzido à censura do livro prende-se com a sua crítica à guerra colonial. Foi, porém, a colocação da mulher no lugar de sujeito do desejo – e não como simples objeto do desejo, que as representações patriarcais sempre sancionaram –, que levou à sua perseguição. Note-se que mesmo os poemas mais eróticos de *NCP* hoje seriam lidos sem espanto pela maior parte das pessoas: são mais eufemísticos que *Minha Senhora de Mim*, e muito mais discretos que o poema de Natália já aqui citado.

A principal responsável pela publicação de *NCP* foi justamente Natália Correia, “a lenta mãe do escândalo”, que mesmo tendo sido pressionada a cortar partes da obra, recusou-se a fazê-lo (Amaral XVIII). Na verdade, se as “três Marias” marcaram a literatura de autoria feminina portuguesa, na medida em que, ideologicamente, a emanciparam de uma tutela masculina na representação da fêmea – lugar antes reservado para “as outras” na literatura ocidental –, o impacto social de Natália Correia foi maior. Foi esta poeta e política – que não se dizia feminista, e que no pós-revolução se aliou politicamente ao conservador Partido Social Democrata – a protagonista de um famoso episódio na Assembleia da República, e que foi um marco na transgressão das fronteiras do *pardab* no qual as mulheres portuguesas se encontravam, mesmo nos anos pós-revolução.

A história é conhecida: em 1982, durante o primeiro debate parlamentar sobre a interrupção voluntária da gravidez, decorria sessão plenária quando João Morgado, deputado do CDS, afirmou que “o acto sexual é para fazer filhos”. Natália, que lutava pela despenalização do aborto, escreveu ali mesmo um poema, inspirado

---

<sup>7</sup> Para um vasto estudo do impacto internacional de *NCP*, veja-se Freitas e Amaral, 2015, uma coletânea de ensaios da autoria de especialistas de diversos países.

nas palavras do deputado, e pediu a palavra de imediato. O “Truca-truca” provocou gargalhadas em todas as bancadas parlamentares e a sessão teve de ser interrompida:

### **Truca-Truca**

Já que o coito – diz Morgado –  
tem como fim cristalino,  
preciso e imaculado  
fazer menina ou menino;  
e cada vez que o varão  
sexual petisco manduca,  
temos na procriação  
prova de que houve truca-truca.  
Sendo pai só de um rebento,  
lógica é a conclusão  
de que o viril instrumento  
só usou – parca razão! -  
uma vez. E se a função  
faz o órgão – diz o ditado –  
consumada essa excepção,  
ficou capado o Morgado.

Sabemos que a sátira é um género bastante admirado, ao qual a linguagem obscena e a sexualidade estão frequentemente associadas, nomeadamente nas formas de literatura e de entretenimento popular, como na designada “música pimba”. O que torna este poema socialmente notável é o lugar da sua escrita e leitura, o facto de ser de autoria feminina, mas, principalmente, a sua recepção: foi um triunfo de Natália Correia sobre o seu adversário – que sai humilhado, o que é próprio da sátira – e do qual não resultaram, para a autora, críticas de carácter moralista. Podemos daqui concluir

que, em 1982, o grau de aceitabilidade de uma voz feminina “despudorada” era já notável.

Talvez seja Adília Lopes a poeta portuguesa que levou mais longe o uso de uma linguagem sexualmente explícita. Um caso notável do trabalho de reapropriação do cânone masculino que tem caracterizado muita da escrita das autoras portuguesas nas últimas décadas (veja-se Owen e Alonso), o desassombro moral dos seus poemas tem pelo menos tanto impacto quanto a sua sofisticação formal e os jogos intertextuais com o cânone. Ao contrário de Natália, cuja vida social e privada foi, ela própria, escandalosa, Adília Lopes – nascida em 1960 – é uma mulher de vida discreta e mesmo com uma aparência de “menina séria do antigamente”. E, no entanto, na sua persona de “galdéria”, é ela que escreve, “Eu quero foder foder / achadamente / se esta revolução / não me deixa / foder até morrer é porque / não é revolução / nenhuma. . .”, em *Um jogo muito perigoso*, de 1985 (2009). O público reconhece aqui a alusão ao soneto de Florbela Espanca, bem como a distância abissal entre o “Eu quero amar, amar perdiadamente” de uma e o “foder achadamente” de outra: estamos perante o sexo puro e duro fora de qualquer contexto de envolvimento romântico, tradicionalmente coutada do macho. Acresce ainda que os dois versos mais citados de Adília – “Está um dia tão bonito / e eu sem ter fodido” – colocam a sexualidade fora do contexto de qualquer ligação amorosa ou afetiva que, de resto, ainda estavam presentes nos poemas das “três Marias” e mesmo na poesia erótica de Natália. A poesia erótica e mesmo pornográfica em voz feminina já não causa escândalo, pelo menos no círculo restrito de quem lê poesia.

Acresce ainda que, na reconfiguração radical da mulher enquanto fêmea e “senhora de si”, Adília ultrapassa uma última fronteira: fere a figura sacralizada e idealizada da mãe, Quando o poema diz “o choro da bebé / não impede a mãe / de se vir”, a mãe ganha corpo de fêmea autónomo da cria, e o binómio mãe /puta, em torno

do qual se articulam as figurações do “feminino”, é radicalmente questionado e colapsa.

É, no entanto, no espaço público que melhor podemos aferir as mudanças ocorridas nos discursos e nas representações das mulheres. Em 2013, no Dia Internacional da Mulher, a Assembleia da República organizou uma sessão de homenagem a Natália Correia, assinalando os 20 anos da sua morte. Em pleno hemiciclo, a atriz São José Lapa leu o “Truca-truca”, num ato que se quis solene, num espaço solene, sede do poder político da nação. Se as práticas sociais portuguesas traduzem ainda uma grande assimetria de poder, real e simbólico, entre homens e mulheres – assimetria essa muitas vezes traduzida em violência, como sabemos da leitura dos jornais diários – pelo menos ao nível dos discursos ao feminino já não se exige o recato. Este ato de consagração de uma poeta e mulher “escandalosa” pressupõe a superação das categorias “meninas”, “senhoras” e “galdérias” para pensar e julgar as mulheres: é um passo gigante no sentido da emancipação de uma identidade sexual fundada no corpo da fêmea, sexuado, idealizado ou hiper-sexualizado, e rigorosamente vigiado.

## Obras citadas

- Amaral, Ana Luísa. “Breve Introdução”. *Novas Cartas Portuguesas, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa*. Edição anotada. Org. Ana Luísa Amaral. Lisboa: D. Quixote, 2010. Print.
- Bebiano, Rui. “‘Povo pop’, mudança cultural e dissensão”. Org. José Neves. *Como Se Faz Um Povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, 441-454. Print.
- Bebiano, Rui e Alexandra Silva. “A reidentificação do feminino e a polémica sobre a ‘Carta a uma Jovem Portuguesa’”. *Revista de História das Ideias* 25. Coimbra (2004): 423-454. Print.
- Campos, Artur Marinha. “Carta a uma jovem portuguesa”. *Via Latina* 130 (19 de Abril de 1961). Web.
- Correia, Natália, org. [1966]. *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*. Lisboa: Antígona, 2008. Print.



- Cruzeiro, M. Manuela e Rui Bebiano. *Anos Inquietos: Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento, 2006. Print.
- Freitas, Marinela e Ana Luísa Amaral. *Novas Cartas Portuguesas entre Portugal e o Mundo*. Lisboa: D. Quixote, 2015. Print.
- Horta, Maria Teresa. *Minha Senhora de Mim*. Lisboa: Dom Quixote, 1971. Print.
- Horta, Maria Teresa. Entrevista a Helena Vasconcelos. *Público* (14 de março de 2012). Web.
- Klobucka, Anna M. *O Formato Mulher: A Emergência da Autoria Feminina na Poesia Portuguesa*. Coimbra: Angelus Novus, 2009. Print.
- Lopes, Adília. *Dobra: Poesia Reunida. 1983-2007* [1985]. Lisboa: Assírio e Alvim, 2009. Print.
- Morais, Maria Monteiro e José Eduardo Carvalho. *A presença das mulheres no Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1993. Print.
- Owen, Hilary e Cláudia Pazos Alonso. *Antigone's Daughters? Gender, Genealogy, and the Politics of Authorship in 20<sup>th</sup>-Century Portuguese Women's Writing*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2010. Print.
- Pascoal, António Jacinto, org. *As mulheres visíveis: Antologia de poemas sobre mulheres*. Coimbra: Alma Azul, 2004. Print.
- Ramalho, Maria Irene, "Orfeu re-inventado: ou: as mulheres e a poesia hoje". *Biblos* 72. Coimbra (2001). Print.
- Tavares, Manuela. *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Leya, 2011. Print.
- Vicente, Ana. "Antifeminismos". Org. António Marujo e José Eduardo Franco. *Danças dos Demónios. Intolerância em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009, 429-483. Print.